

RECURSO :

PREZADO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, INCLUSÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA/RJ

Ref.: EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9.844/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS E ACESSÓRIOS MUSICAIS, COM A FINALIDADE ATENDER A DEMANDA DAS BANDAS ESCOLARES MUNICÍPIO DE SAQUAREMA

TOTAL PERCUSSION (MR MANUTENÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF Nº 10.739.338/0001-13, com sede na Rua Freamunde, 109, Conjunto Residencial Jardim Canaã, CEP 04382-030, São Paulo, SP, telefone (11) 2338-7867, por seu representante legal infra-assinado, tempestivamente, vem, com fulcro no art. 4º, inc. XVIII, da Lei nº 10.520/02, vem à Vossa Senhoria a fim de interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face de decisão que classificou a proposta para o item 54 (Glockenspiel) apresentada pela Recorrida QUASAR BRASIL INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA, CNPJ 28.453.974/0001-40, assim como já pela desclassificação de proposta apresentada pela recorrida FLUSCOP COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ 13.790.125/0001-04, conforme razões a seguir.

Em virtude de limitações técnicas do sistema Compras Governamentais, imagens e grifos fundamentais para a argumentação não podem ser apresentados. Por isso, estamos disponibilizando cópia digital do documento original para download em <https://drive.google.com/file/d/1CC-FsPSzJndcfYBiYcOQyJqW9JjZQ7u3/view?usp=sharing>

1. DOS FATOS E DO DIREITO

A recorrente participou do Pregão Eletrônico em epígrafe, apresentando proposta juntamente com mais 5 concorrentes, para o item 54.

O Anexo I (Termo de Referência) trazia as seguintes exigências técnicas:

Glockenspiel 34 teclas

Extensão f5 a d8 2 1/2 oitavas, teclas em aço de 1.1/4" x 3/8, afinação sinfônica: 442 brilhante, com case e estante carrinho desmontável em aço com rodízios.

O Anexo III (Valores de Referência) indicou o valor unitário de R\$ 15.433,33, totalizando R\$ 46.299,99 pela aquisição de 3 unidades do instrumento.

Durante a fase de análise de propostas, duas participantes foram desclassificadas: PEDRO G.FERNANDES, por item que não atendia ao edital e CLEBER NASCIMENTO DA ROSA, por não envio de documentação (catálogo) exigida em sessão.

1.1. DA INEXEQUIBILIDADE DE PREÇOS DA RECORRIDA QUASAR INSTRUMENTOS MUSICAIS:

Como resultado, foi aceita a proposta da recorrida QUASAR INSTRUMENTOS MUSICAIS, a qual ofertou modelo de Glockenspiel, de marca própria, QG34T-AC.

Ao analisarmos o catálogo de produto do instrumento, enviado pela recorrida, vemos que o participante ofereceu um produto com as seguintes características:

- Modelo do tipo "estante carrinho", com estante já acoplada ao instrumento, e não à parte;
- 34 teclas em aço carbono;
- Em madeira pinho;
- Molas espirais;
- Alto acabamento;
- Dispositivo de abafamento das teclas;
- Case.

Vemos que se trata de instrumental com características que vão além do exigido em edital, com destaque para sistema de molas espirais, dispositivo de abafamento de teclas e um case.

O valor unitário para este item, oferecido pela recorrida, foi de R\$ 5.097,98, valor resultante de 67% de desconto em relação ao valor de referência de R\$ 15.433,33.

Destacamos que cases não são acessórios baratos, diferente de caixas comuns de envio.

Se a recorrida QUASAR INSTRUMENTOS MUSICAIS se propôs a entregar um instrumento Glockenspiel com Estante Carrinho anexada, o Case deve ser o suficiente para proteger todo o instrumento, não podendo a Administração aceitar item com características técnicas inferiores ou ausente de case.

Outro fato que merece destaque é a semelhança visível entre o modelo oferecido pela recorrida QUASAR INSTRUMENTOS MUSICAIS e a recorrida FLUSCOP COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS, o que pode ser entendido como que as duas marcas importam, da China, o mesmo produto, apenas aplicando seus nomes.

FLUSCOP chegou ao limite de R\$ 5.100,00.
Concomitantemente, identificamos que, durante a sessão, o Sr. Pregoeiro cancelou dois lances para este item, quando a diminuição dos valores ultrapassou os R\$ 5.100,00

Sistema informa:

(27/10/2023 11:07:23) O lance no valor de R\$ 5.100,0000 do item 54 foi excluído pelo pregoeiro. Caso não concorde com a exclusão, favor reenvie seu lance.

Sistema informa:

(27/10/2023 11:07:19) O lance no valor de R\$ 5.000,0000 do item 54 foi excluído pelo pregoeiro. Caso não concorde com a exclusão, favor reenvie seu lance.

A exclusão, por duas vezes, se deu por valores que, de alguma forma, infringiram algum entendimento interno quanto ao limite de descontos, resultando, assim, na proteção da competitividade e da segurança da aquisição do item.

A título de comparação, a nova Lei 14.133/21 entende que valores de desconto acima de 50% são considerados inexequíveis, de acordo com a Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73, de 30 de setembro de 2022

Art. 34 da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73, de 30 de setembro de 2022
No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

Ao analisarmos as características do produto ofertado, o valor de referência e o valor da proposta da recorrida, percebemos que há sinais preocupantes de exequibilidade;

- Como um instrumental cotado pelo órgão a R\$ 15.433,33 poderia ser adquirido por R\$ 5.097,98 (33% do valor de referência), cobrindo todos os custos necessários, impostos, frete e lucro?

- Como um instrumento com características bastante complexas poderia ter sido oferecido por R\$ 5.097,98, com sistemas de molas espirais, abafamento e um case completo?

- Como uma outra participante que ofereceu produto que compartilha da mesma estrutura, em alumínio, chegou ao limite de R\$ 8.500,00 e a recorrida QUASAR INSTRUMENTOS ofereceu, em aço, com sistemas complexos e case por R\$ 5.097,98?

- Mesmo havendo dois cancelamentos de lances pelo Sr. Pregoeiro quando foi ultrapassado os R\$ 5.100,00, por que foi aceito, então, que a recorrida QUASAR INSTRUMENTOS MUSICAIS ganhasse o item por valor abaixo deste limite, sem qualquer contestação?

- Se o entendimento já válido, que entrará em vigor como definitivo em 2024, para descontos de itens até 50% do valor de referência, por que o órgão não se alinha a este entendimento e recusa aceitar um item com 67% de desconto?

Vemos que a proposta da licitante QUASAR INSTRUMENTOS MUSICAIS não consegue se distanciar de todas as questões anteriores, merecendo que sua aceitação seja revista pela Administração, a fim de preservar a isonomia do processo e a competitividade, além de uma aquisição realmente equilibrada para o órgão.

Vejamos entendimento do Tribunal de Contas da União, sobre a importância de que os lances reflitam a razoabilidade, a cotação de preços do órgão e os valores de mercado.

TCU - Acórdão 2479/2009-Plenário Relator: Marcos Bemquerer

A pesquisa de preços no mercado é instrumento indispensável para a avaliação da razoabilidade dos valores a serem apresentados pelos licitantes por ocasião dos lances, devendo ser realizada para que se estime o custo do objeto a ser adquirido, bem como anexada ao respectivo processo licitatório.

TCU - Acórdão 17/2010 -Plenário

Relator: André de Carvalho

A Administração deve realizar ampla pesquisa de preços, a fim de estimar o custo do objeto a ser contratado e permitir a verificação da conformidade das propostas oferecidas pelos licitantes com os valores praticados no mercado.

Acórdão 3516/2007-Primeira Câmara

Relator: Aroldo Cedraz

A Lei de licitações não define que a responsabilidade pela pesquisa de preço e a consequente elaboração do orçamento são de incumbência do responsável pela homologação do procedimento licitatório, da CPL ou do pregoeiro. A CPL, o pregoeiro e a autoridade superior devem verificar: primeiro, se houve pesquisa recente de preço junto a fornecedores do bem e se essa observou critérios aceitáveis; segundo, se foi realizada a adequação orçamentária; e, por último, se os preços da proposta vencedora estão coerentes com o orçamento estimado pelo setor competente.

Sendo assim é necessário que, no mínimo, seja apresentada documentação e cálculos que sustentem este preço, por parte da recorrida QUASAR INSTRUMENTOS MUSICAIS, em sua contrarrazão. Lembrando que o instrumento deve, então, vir com todos os sistemas que constam em seu catálogo e um case completo.

Caso contrário, não haverá argumentos que sustentem este valor, ficando caracterizado um envio de lance sem responsabilidade, sem cálculo de consequências para si mesma, pelo prejuízo que arcará, e para os demais participantes, por lhes tirar a oportunidade de conquistar o item.

1.2. DA OFERTA DE ITEM QUE NÃO ATENDE AO EDITAL

Conforme já introduzido no item 1.1. desta peça, a recorrida FLUSCOP COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS LTDA

Teclas em alumínio tornam o produto menos resistente e mais barato. Aceitar tal instrumento seria aceitação de item com especificações técnicas inferiores ao exigido em edital, o que não poderia ser feito, ação que atingiria o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

O processo de recurso permite que outros participantes sejam contestados e que haja julgamento sobre suas propostas e documentos, mesmo que o recorrido não tenha sido o que foi aceito e habilitado pelo órgão.

2. DA CONCLUSÃO E DO PEDIDO

Diante dos motivos fáticos e de direito expostos, requer a procedência do presente recurso, por meio da reconsideração da decisão tomada pelo Sr(a). Pregoeiro(a), efetuando:

- a) Desclassificação de proposta, para o item 54, da empresa QUASAR BRASIL INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA, CNPJ 28.453.974/0001-40, por valores inexequíveis em sua proposta.
- b) Desclassificação de proposta, para o item 54, da empresa FLUSCOP COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ 13.790.125/0001-04, por item que não atende ao edital.
- c) A invalidação das fases do pregão insuscetíveis de aproveitamento, realizando-se novamente as etapas a partir da classificação das propostas.

Não sendo este o entendimento de V. Sa., requer sejam os autos remetidos à autoridade superior competente, para que, após análise deles, defira o presente pedido, dando seguimento ao processo licitatório.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

São Paulo/SP, 20 de novembro de 2023

TOTAL PERCUSSION (MR MANUTENÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA)
Maria Madalena Rocha Gomes Colaneri
CPF: 362.606.078-06
Diretora

Voltar **Fechar**

CONTRA RAZÃO :

AOS CUIDADOS DO PREGOEIRO DA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2023 DO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA

QUASAR BRASIL INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 28.453.974/0001-40, sediada na Rua 1.136, 644 Quadra 244, Lote 18 - Sala 02, Setor Marista, CEP 74180-150, Goiânia (GO), por seu sócio administrador e advogados devidamente constituídos, vem perante Vossa Senhoria, apresentar CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO, conforme abaixo transcritos os fatos e fundamentos.

1. DOS MOTIVOS PARA MANUTENÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DA RECORRIDA

A recorrida participou da licitação Pregão Eletrônico Nº 003/2023 que tinha por objeto o registro de preços para eventual aquisição de instrumentos e acessórios musicais. Ocorre que a empresa recorrente MR Manutenção de Instrumentos Musicais Ltda solicita a desclassificação da recorrida por suposta proposta não compatível com os termos do edital, porém, não assiste razão à recorrente.

A atitude do pregoeiro em declarar vencedora a recorrida deve ser mantida, visto que a proposta ofertada pela recorrida é manifestamente exequível e, como indicado pela própria recorrente, o produto atende ao edital, sobretudo por ser superior ao mínimo exigido.

Nota-se que recorrente traz apenas meras suposições, sem indicar qualquer prova das suas rasas alegações, até porque não poderia, visto que sequer condizem com a realidade e, principalmente, com a previsão do edital.

Inclusive deve-se destacar que a recorrida é fabricante e importadora da Marca QUASAR, produto que será fornecido ao Município contratante.

Ora, na elaboração de uma proposta, qualquer concorrente pode em virtude de suas condições específicas, como estoque, localização, ser fabricante, ser importador, dentre outras, adequar sua margem de lucro de acordo com o objeto ofertado, quantidade, etc., sem comprometer a execução do contrato.

Assim, frisa-se que todo o procedimento da cotação realizada pela empresa recorrida é perante estudo e análise de todas as informações contidas no edital para que não restem dúvidas quanto ao valor a ser exposto na proposta, no caso em tela não foi diferente.

Há que se ressaltar ainda que o próprio edital, prevê a caracterização da inexequibilidade, a qual, em simples análise ao valor ofertado pela recorrida é possível verificar que não pode ser considerado irrisório ou incompatível com o mercado:

“

10.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

”

Neste sentido, o Tribunal de Contas entende que proposta inferior a 70% do valor orçado pela Administração Pública pode ser considerada exequível, se houver comprovação de que o proponente pode realizar o objeto da licitação. Ou seja, a proposta da recorrida, que sequer alcança esse percentual de desconto, ainda que assim o fosse seria considerada exequível, veja-se:

“

Antes de ter sua proposta desclassificada por inexequibilidade, ao licitante deve ser franqueada oportunidade de defendê-la e demonstrar sua capacidade de bem executar os serviços, nos termos e condições exigidos pelo instrumento convocatório. 4. A representante alega restrição à competitividade diante de sua desclassificação no certame, por inexequibilidade de preços e não atendimento às exigências contidas no subitem 6.6.4. do edital do Pregão Eletrônico SRP 33/2016, no sentido da necessidade de que as licitantes comprovassem, para fins de qualificação técnica, que detinham as certificações previstas nas seguintes normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT que tratam de sistemas fotovoltaicos: NBR 16149, NBR 16150 e NBR IEC 62116. [...] 1. A questão controvertida consiste em saber se o não atendimento dos critérios objetivos previstos no art. 48, I e II, § 1º, a e b, da Lei 8.666/93 para fins de análise do caráter exequível/inexequível da proposta apresentada em procedimento administrativo gera presunção absoluta ou relativa de inexequibilidade. 2. A licitação visa a selecionar a proposta mais vantajosa à Administração Pública, de maneira que a inexequibilidade prevista no mencionado art. 48 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos não pode ser avaliada de forma absoluta e rígida. Ao contrário, deve ser examinada em cada caso, averiguando-se se a proposta apresentada, embora enquadrada em alguma das hipóteses de inexequibilidade, pode ser, concretamente, executada pelo proponente. Destarte, a presunção de inexequibilidade deve ser considerada relativa, podendo ser afastada, por meio da demonstração, pelo licitante que apresenta a proposta, de que esta é de valor reduzido, mas exequível. 3. Nesse contexto, a proposta inferior a 70% do valor orçado pela Administração Pública (art. 48, § 1º, b, da Lei 8.666/93) pode ser considerada exequível, se houver comprovação de que o proponente pode realizar o objeto da licitação. (...) 4. Na hipótese dos autos, conforme se pode constatar na r. sentença e no v. acórdão recorrido, houve demonstração por parte da empresa classificada em primeiro lugar ([empresa] LTDA) e por parte do MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO de que a proposta apresentada por aquela era viável e exequível, embora em valor inferior ao orçado pela Administração. Conforme informações apresentadas pelo ora recorrido, a vencedora do certame 'demonstrou que seu preço não é deficitário (o preço ofertado cobre o seu custo), tendo inclusive comprovado uma margem de lucratividade'. Além disso, a empresa vencedora vem prestando devidamente o serviço contratado, o que demonstra a viabilidade da proposta por ela apresentada durante o procedimento licitatório (fls. 92/109, 170/172, 195/200 e 257/261). Assim, considerando que as instâncias ordinárias, com base na interpretação do contexto fático-probatório dos autos, entenderam que houve a devida comprovação da viabilidade da proposta apresentada pela empresa classificada em primeiro lugar, não há como elidir a referida conclusão, sob pena de incorrer-se no óbice da Súmula 7/STJ. [...] Acórdão: 9.1. conhecer da presente Representação, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade estabelecidos nos arts. 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, para, no mérito, considerá-la procedente; 9.2. determinar à Base de Apoio Logístico do Exército que: 9.2.1. adote, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, as medidas necessárias com vistas à anulação do Grupo I do Pregão Eletrônico SRP 33/2016, tornando sem efeito a ata de registro de preços dele decorrente; 9.2.2. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, por intermédio do Centro de Controle Interno do Exército, informações acerca das providências tomadas em relação ao cumprimento da determinação contida no subitem 9.2.1; 9.3. com base no art. 7º da

demonstrar a compatibilidade de suas propostas com o valor máximo ofertado, em afronta à Súmula do TCU nº 1327, comprovando a viabilidade do lance ofertado, em afronta à Súmula do TCU nº 1327, (Acórdão 1244/2018-Plenário - Relator MARCOS BEMQUERER).

Nesse sentido, o TCU ainda discorre que não encontra fundamento legal a desclassificação de licitante por suposto valor inexecutável quando não oportunizada a comprovação de custos:

É ilegal a desclassificação de licitantes pela apresentação de propostas que contenham preços considerados inexecutáveis, sem que antes lhe seja facultada a oportunidade de apresentar justificativas para os valores ofertados. A presente Representação merece ser conhecida pelo TCU, vez que preenche os requisitos previstos nos arts. 235 e 237, inciso VI e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU. 2. Como consta do Relatório precedente, determinei, em 19/8/2009, cautelarmente, ao Iphan, com base no art. 45 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 276 do RITCU, que suspendesse a autorização de novas adesões à ata de registro de preços resultante do Pregão Eletrônico nº 2/2009, até que este Tribunal se manifestasse sobre o mérito da questão. E, em Sessão do dia 26/8/2009, o Plenário referendou essa medida, nos termos do disposto no § 1º do art. 276 do RITCU (Ata nº 34/2009). 3. O objeto do referido certame consiste no registro de preços para a contratação de empresa especializada na prestação, sob demanda, de serviços de cerimonial e atividades afins, com fornecimento de infra-estrutura e apoio logístico, para atendimento das ações promovidas pelo Iphan, em âmbito nacional, na consecução de seus ofícios institucionais. 4. Essencialmente, apurou-se nestes autos que: (a) o Iphan fixou preços mínimos para os itens licitados (estabelecendo que nenhum item poderia ter preço inferior a 50% ao máximo estabelecido e que o valor total da proposta não poderia ser menor que 70% do valor máximo estipulado); e, ainda, (b) o órgão não realizou ampla pesquisa de mercado previamente à realização do pregão, tomando como estimativa de preços a cotação de empresa, cuja atividade econômica sequer enquadrava-se no objeto licitado. 5. Visando apurar a adequabilidade dos preços estimados no âmbito do Pregão Eletrônico nº 2/2009, o auditor da 6ª Secex elaborou as tabelas às fls. 222/225, efetuando comparação com os valores ofertados em certames conduzidos pelos Ministérios da Cultura e da Justiça (respectivamente, Pregões Eletrônicos nºs 15/2008e 13/2007) e, ainda, os ofertados no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 40/2008 conduzido pelo Ministério da Educação e no Pregão Eletrônico nº 6/2009 realizado pela Controladoria Geral da União, ocorridos em datas próximas ao certame sob análise, todos relativos à contratação do mesmo tipo de serviço. 6. A segunda comparação feita pelo auditor foi em relação aos itens licitados por intermédio do Pregão nº 63/2009 conduzido pelo TCU, da qual se sagrou vencedora a empresa Boeing Eventos Ltda., e a última, em relação aos preços de itens relativos a fornecimentos em ambiente hoteleiro. 7. Partindo dos dados coletados, é possível concluir, de forma inequívoca, que a pesquisa de preços que serviu de base para a realização do Pregão Eletrônico nº 2/2009 contempla valores bastante superiores aos preços praticados em outros certames, havendo fortes indícios da ocorrência de excedente de preço na maioria dos itens constantes do termo de referência. 8. Essa irregularidade, somada à fixação de preços mínimos no âmbito do pregão eletrônico em questão (limites mínimos de exequibilidade das propostas), torna ainda mais evidente que a contratação efetuada não alcançou a proposta mais vantajosa para a Administração e, por conseguinte, não alcançou o interesse público. Até porque diversos licitantes foram desclassificados por cotarem valores globais abaixo do limite mínimo exequível definido em edital, o que denota, em princípio, que havia a possibilidade de se executar o objeto por valor menor que o contratado. 9. Como bem registrou o auditor da 6ª Secex, a jurisprudência deste Tribunal é firme no sentido de que, antes de ser declarada a inexecutabilidade dos preços ofertados pelos licitantes, deve-lhes ser facultada a possibilidade de comprovarem a exequibilidade de suas propostas (Acórdãos 612/2004 e 559/2009, ambos da 1ª Câmara, e 1.100/2008-Plenário). 10. Necessário observar, além do mais, que também foi constatado que não houve, no edital, a devida definição dos quantitativos a serem executados no âmbito da possível contratação em questão. Essa imprecisão na fixação dos quantitativos pode, de fato, resultar na adoção de preços não condizentes com as demandas futuras, vez que o licitante não tem como avaliar a sua capacidade de atender às solicitações do possível contratante. Acórdão: 9.6.2. a desclassificação de licitantes pela apresentação de propostas que contenham preços considerados inexecutáveis, sem que antes lhe seja facultada a oportunidade de apresentar justificativas para os valores ofertados, vai de encontro ao contido no art. 48, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, e à jurisprudência desta Corte (Acórdãos 612/2004 e 559/2009, ambos da 1ª Câmara, e 1.100/2008-Plenário). (Acórdão 1720/2010-Segunda Câmara - Relator ANDRÉ DE CARVALHO).

É nítido a maneira equivocada e ilegítima que empresa recorrente tenta induzir em erro o órgão licitante, de modo que, comprovadamente o valor ofertado pela Quasar não se insere na perspectiva de ser considerado inexecutável. Razão pela qual, caso seja diverso o entendimento do órgão deve ser realizada diligência para tal finalidade. Desta maneira, observando o cumprimento do edital e primando pela igualdade, legalidade, impessoalidade e moralidade de condições a todos os concorrentes do certame, requer-se a manutenção da declaração de vencedora da QUASAR BRASIL INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA.

2. DO DIREITO

2.1. DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DA ISONOMIA PARA MANTER A DECISÃO DO PREGOEIRO
Se as alegações da recorrente forem providas, a Administração o fará atentando contra as normas editalícias. Em casos análogos a este, onde há irregularidade e principalmente o desrespeito às determinações do edital, a jurisprudência é uníssona em reconhecer a OBRIGATORIEDADE em seguir os estritos mandamentos editalícios, sob pena de incorrer em ilegalidade, veja-se:

ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA. O Tribunal de origem entendeu de forma eskorreita pela ausência de cumprimento do requisito editalício. Sabe-se que o procedimento licitatório é resguardado pelo princípio da vinculação ao edital; esta exigência é expressa no art. 41 da Lei n. 8.666/93. Tal artigo veda à Administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sendo assim, se o edital prevê, conforme explicitado no acórdão recorrido (fl. 264), "a cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União do registro do alimento emitido pela Anvisa", este deve ser o documento apresentado para que o concorrente supra o requisito relativo à qualificação técnica. Seguindo tal raciocínio, se a empresa apresenta outra documentação - protocolo de pedido de renovação de registro - que não a requerida, não supre a exigência do edital. Aceitar documentação para suprir determinado requisito, que não foi a solicitada, é privilegiar um concorrente em detrimento de outros, o que feriria o princípio da igualdade entre os licitantes.

E mais:

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. PROPOSTA FINANCEIRA SEM ASSINATURA. INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO. 1. Se o

preponderância da proposta mais vantajosa pelos concorrentes, não havendo como incluir na avaliação a oferta eivada de nulidade. 4. É imprescindível a assinatura ou rubrica do licitante na sua proposta financeira, sob pena de a Administração não poder exigir-lhe o cumprimento da obrigação a que se sujeitou. 5. Negado provimento ao recurso.

A licitação é o procedimento administrativo no qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de interesse público, desenvolvendo-se através de sucessões ordenadas de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, propiciando igualdade de tratamento e oportunidade a todos os interessados como fator de eficiência e moralidade dos negócios administrativos.

Para tanto, necessária formalização dos diversos procedimentos instituidores do processo de licitação à busca da contratação mais vantajosa aos cofres públicos, espelhados sempre no menor preço ofertado em relação direta ao objeto comum a ser licitado e, posteriormente, contratado pela Administração Pública, sempre na mais pura e irrestrita vinculação desde procedimento às normas contidas no Edital.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro salienta que "Princípio da vinculação ao instrumento convocatório é essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento". Referido princípio, além de mencionado no art. 3º da Lei nº. 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado no art. 41, segundo o qual "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". Na mesma linha, o art. 43, V, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos exige que o julgamento e classificação das propostas sejam de acordo com os critérios de avaliação constantes no edital. Segundo o ensinamento de Meirelles:

"Vinculação ao edital: a vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e proposta em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu (art. 41)." (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 256-257)

O princípio da vinculação ao ato convocatório dirige-se tanto à Administração, como aos licitantes, posto que estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório. Nessa mesma toada, ainda segundo a administrativista Maria Sylvia Zanella Di Pietro "se os licitantes classificados deixarem de apresentar a documentação exigida ou apresentá-las em desacordo com exigido no edital, estas imperiosamente deverão ser inabilitadas e desclassificadas, nos termos do art. 43, inc. II c/c art. 48, inc. I, todos da Lei Federal nº. 8.666/93". Nesse sentido, assim prevê o caput do art. 3º, da Lei Federal nº. 8.666/93:

"Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos".

A previsão legal acima é crucial para a interpretação e aplicação dos preceitos regentes da licitação. As soluções para os casos enfrentados pela Administração Pública devem ser compatíveis com os princípios jurídicos ali expressos, sendo imperiosa a invalidação das decisões que lhes contrariarem. Caso não haja a observância aos ditames desses relevantes preceitos, a validade do processo fica comprometida, tornando imperiosa sua desconstituição. Não é outra a lição de Celso Antônio Bandeira de Mello:

"Violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer. A desatenção ao Princípio implica em ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência a todo sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irreversível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra."

Nessa perspectiva, José dos Santos Carvalho Filho afirma que o legislador pátrio, ao instituir o procedimento licitatório, inspirou-se, fundamentalmente, na moralidade administrativa e na igualdade de oportunidades àqueles interessados em contratar:

"Erigida atualmente à categoria de princípio constitucional pelo art. 37, caput, da CF, a moralidade administrativa deve guiar toda a conduta dos administradores. A estes incumbe agir com lealdade e boa-fé no trato com os particulares, procedendo com sinceridade e descartando qualquer conduta astuciosa ou eivada de malícia. A licitação veio prevenir inúmeras condutas de improbidade por parte do administrador, algumas vezes curvados a acenos ilegítimos por parte dos particulares, outras levadas por sua própria deslealdade para com a Administração e a coletividade que representa. Daí a vedação que se lhe impõe, de optar por determinado particular. Nesse ponto a moralidade administrativa se toca com o próprio princípio da impessoalidade, também insculpido no art. 37, caput, da Constituição, porque, quando o administrador não favorece este ou aquele interessado, está, ipso facto, dispensando tratamento impessoal a todos.

Outro fundamento da licitação foi a necessidade de proporcionar igualdade de oportunidades a todos quantos se interessam em contratar com a Administração, fornecendo seus serviços e bens (o que é mais comum), ou àqueles que desejam apresentar projetos de natureza técnica, científica ou artística. A se permitir a livre escolha de determinados fornecedores pelo administrador, estariam aliçados todos os demais, o que seria de lamentar, tendo em vista que, em numerosas ocasiões, poderiam eles apresentar à Administração melhores condições de contratação. CUMPRE, ASSIM, PERMITIR A COMPETITIVIDADE ENTRE OS INTERESSADOS, ESSENCIAL AO PRÓPRIO INSTITUTO DA LICITAÇÃO".

Não é outro o entendimento da jurisprudência:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. RECURSO ADMINISTRATIVO. REJEIÇÃO PELO PREGOEIRO. NÃO CONCESSÃO DE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS RAZÕES DO RECURSO. ART. 4º, XVII, DA LEI Nº 10.520/02. PRINCÍPIOS DO CONTRATÓRIO, DA AMPLA DEFESA E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL ADMINISTRATIVO. NULIDADE DO ATO. No caso dos autos, a Administração Pública não se deu por satisfeita com a intenção de manejar o recurso no processo licitatório, tendo em vista que, em numerosas ocasiões, poderiam eles apresentar à Administração melhores condições de contratação. CUMPRE, ASSIM, PERMITIR A COMPETITIVIDADE ENTRE OS INTERESSADOS, ESSENCIAL AO PRÓPRIO INSTITUTO DA LICITAÇÃO".

É fato que quando a Administração estabelece no edital as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, passando os interessados a apresentação de suas respectivas propostas com base nos elementos específicos do edital.

Nesse diapasão, José Afonso da Silva assevera que "se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas no edital, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos e condições do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outros que o desrespeitou".

Ora, o texto legal não comporta interpretação extensiva. O cumprimento das cláusulas do edital obriga a Administração a manter sua decisão de manter a classificação da recorrida. Desta forma, é à medida que se impõe.

2.2. DO FORMALISMO MODERADO

O pregoeiro se decidir acatar as argumentações da recorrente acabará por dar mais ênfase à forma do que o conteúdo, excedendo-se no formalismo. São frequentes as decisões do Tribunal de Contas da União que prestigiam a adoção do princípio do formalismo moderado e a possibilidade de saneamento de falhas ao longo do procedimento licitatório:

É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame. (Acórdão 1795/2015 - Plenário Data da sessão 22/07/2015 Relator JOSÉ MÚCIO MONTEIRO)

Falhas formais, sanáveis durante o processo licitatório, não devem levar à desclassificação da licitante. No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados. (Acórdão 357/2015 - Plenário Data da sessão 04/03/2015 Relator BRUNO DANTAS)

O disposto no caput do art. 41 da Lei 8.666/1993, que proíbe a Administração de descumprir as normas e o edital, deve ser aplicado mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles o da seleção da proposta mais vantajosa. (Acórdão 3381/2013 - Plenário Data da sessão 04/12/2013 Relator VALMIR CAMPELO)

A inabilitação de licitantes por divergência entre assinaturas na proposta e no contrato social deve ser considerada formalismo exacerbado, uma vez que é facultada à comissão, em qualquer fase do certame, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo. (Acórdão 5181/2012 - Primeira Câmara Data da sessão 28/08/2012 Relator WALTON ALENCAR RODRIGUES)

Resumidamente, o formalismo moderado se relaciona a ponderação entre o princípio da eficiência e o da segurança jurídica, ostentando importante função no cumprimento dos objetivos descritos no art. 3º da lei de licitações: busca da proposta mais vantajosa para a Administração, garantia da isonomia e promoção do desenvolvimento nacional sustentável:

No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados. (ACÓRDÃO Nº 357/2015 - TCU - Plenário)

Nota-se que sua utilização não significa desmerecimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório ou negativa de vigência do caput do art. 41 da lei 8.666/93 que dispõe sobre a impossibilidade de a Administração descumprir as normas e condições do edital. Trata-se de solução a ser tomada pelo intérprete a partir de um conflito de princípios:

Diante do caso concreto, e a fim de melhor viabilizar a concretização do interesse público, pode o princípio da legalidade estrita ser afastado frente a outros princípios. (Acórdão 119/2016- TCU - Plenário)

Ao contrário do que ocorre com as regras/normas, os princípios não são incompatíveis entre si. Diante de um conflito de princípios (p. ex., vinculação ao instrumento convocatório x obtenção da proposta mais vantajosa), a adoção de um não provoca a aniquilação do outro. Como exemplo, esse raciocínio pode ser percebido nas seguintes decisões do Tribunal de Contas da União:

Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências. (Acórdão 2302/2012-Plenário)

O disposto no caput do art. 41 da Lei 8.666/1993, que proíbe a Administração de descumprir as normas e o edital, deve ser aplicado mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles o da seleção da proposta mais vantajosa. (Acórdão 8482/2013-1ª Câmara)

Nessas hipóteses, a análise deve considerar a importância de cada princípio no caso concreto, e realizar a ponderação entre eles a fim de determinar qual prevalecerá, sem perder de vista os aspectos normativos. Por esse motivo, as soluções não respeitam fórmulas prontas, podendo variar de um caso para outro.

Vale lembrar que o certame licitatório não representa um fim em si mesmo, mas um meio que busca o atendimento das necessidades públicas. Nas palavras do professor Adilson Dallari: a "licitação não é um concurso de destreza, destinado a

Receber a manifestação de contrarrazões do recurso administrativo recorrida.

Nestes termos pede deferimento.

Goiânia (GO), 23 de novembro de 2023.

QUASAR BRASIL INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA

[Voltar](#)

[Fechar](#)



PROCESSO Nº

FLS. _____ RUBRICA _____

RECURSO ADMINISTRATIVO

Requerente: TOTAL PERCUSSION (MR MANUTENÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA)

Referente ao Processo nº 9.844/2023

Pregão Eletrônico nº 003/2023

Trata-se de **RECURSO** contra ao Edital do Pregão Eletrônico nº 003/2023, interposto pela empresa **TOTAL PERCUSSION (MR MANUTENÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA)** inscrita no CNPJ sob o nº. 10.739.338/0001-13, com sede na Rua Freamunde, nº 109, Conjunto, Residencial Jardim Canaã, CEP 04.382-030, São Paulo - SP neste ato representado por seu representante legal Marta Madalena Rocha Gomes Colaneri

I. DA ADMISSIBILIDADE DO PEDIDO

A previsão legal do instituto do recurso em processo licitatório, apoiar-se na Lei nº 10.520/2002, Art. 4, inciso XVIII, conforme os excertos seguintes:

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

I (...)

XVIII – declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos:



PROCESSO Nº

FLS. _____ RUBRICA _____

II. TEMPESTIVIDADE

A data de abertura da sessão pública do certame, no Portal de Compras Públicas, foi marcada originalmente para ocorrer em 27/10/2023, conforme extrato publicado no Diário Oficial do Município, no dia 11/10/2023, encerrando-se no dia 14/11/2023. Assim, assistindo ao item 13 e subitens do instrumento convocatório, foi aberto prazo para manifestação de intenção de recursos de 30 (trinta) minutos e de 03 (três) dias úteis para manifestação de memorial de razões, conforme a condição decadente de lastro temporal, estabelecida na Lei 10.520/2023 em exame foi entroposto tempestivamente de forma motivada em sistema. A intenção foi aceita em conformidade aos arts. 5º, inciso LV, da Constituição Federal; 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/2002; e 44, § 1º, do Decreto 10.024/2019.

III. DA ANÁLISE

Trata-se o processo administrativo nº 9.844/2023 de pregão eletrônico para registro de preços para eventual aquisição de instrumentos e acessórios musicais, com a finalidade atender a demanda das bandas escolares do Município de Saquarema, da requisitante Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Inclusão, Ciência e Tecnologia.

I - DA ALEGAÇÃO DE INEXEQUIBILIDADE

A Recorrente alega em fase de recurso que:

DA INEXEQUIBILIDADE DE PREÇOS DA RECORRIDA QUASAR INSTRUMENTOS MUSICAIS:

“Ao analisarmos o catálogo de produto do instrumento, enviado pela recorrida, vemos que o participante ofereceu um produto com as seguintes características:

- *Modelo do tipo “estante carrinho”, com estante já acoplada ao instrumento, e não à parte;*
- *34 teclas em aço carbono;*
- *Em madeira pinho;*
- *Molas espirais;*



PROCESSO Nº

FLS. _____ RUBRICA _____

- Alto acabamento;
- Dispositivo de abafamento das teclas;
- Case.

Vemos que se trata de instrumental com características que vão além do exigido em edital, com destaque para sistema de molas espirais, dispositivo de abafamento de teclas e um case. O valor unitário para este item, oferecido pela recorrida, foi de R\$ 5.097,98, valor resultante de 67% de desconto em relação ao valor de referência de R\$ 15.433,33. Destacamos que cases não são acessórios baratos, diferente de caixas comuns de envio. Se a recorrida QUASAR INSTRUMENTOS MUSICAIS se propôs a entregar um instrumento Glockenspiel com Estante Carrinho anexada, o Case deve ser o suficiente para proteger todo o instrumento, não podendo a Administração aceitar item com características técnicas inferiores ou ausente de case. Outro fato que merece destaque é a semelhança visível entre o modelo oferecido pela recorrida QUASAR INSTRUMENTOS MUSICAIS e a recorrida FLUSCOP COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS, o que pode ser entendido como que as duas marcas importam, da China, o mesmo produto, apenas aplicando seus nomes.

A recorrida FLUSCOP COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS ofereceu modelo que não atende ao edital, GL2005AL, em Alumínio. O instrumento em alumínio é consideravelmente mais barato do que o modelo em aço.

No entanto, a participante FLUSCOP chegou ao limite de R\$ 8.500,00. Concomitantemente, identificamos que, durante a sessão, o Sr. Pregoeiro cancelou dois lances para este item, quando a diminuição dos valores ultrapassou os R\$ 5.100,00 Sistema informa: (27/10/2023 11:07:23) O lance no valor de R\$ 5.100,0000 do item 54 foi excluído pelo pregoeiro. Caso não concorde com a exclusão, favor reenvie seu lance. Sistema informa: (27/10/2023 11:07:19) O lance no valor de R\$ 5.000,0000 do item 54 foi excluído pelo pregoeiro. Caso não concorde com a exclusão, favor reenvie seu lance.

A exclusão, por duas vezes, se deu por valores que, de alguma forma, infringiram algum entendimento interno quanto ao limite de descontos, resultando, assim, na proteção da competitividade e da segurança da aquisição do item. A título de comparação, a nova Lei 14.133/21 entende que valores de desconto acima de 50% são considerados inexequíveis, de acordo com a Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73, de 30 de setembro de 2022 Art. 34 da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73, de 30 de setembro de 2022 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.



PROCESSO Nº

FLS. _____ RUBRICA _____

Ao analisarmos as características do produto ofertado, o valor de referência e o valor da proposta da recorrida, percebemos que há sinais preocupantes de exequibilidade; - Como um instrumental cotado pelo órgão a R\$ 15.433,33 poderia ser adquirido por R\$ 5.097,98 (33% do valor de referência), cobrindo todos os custos necessários, impostos, frete e lucro?

- Como um instrumento com características bastante complexas poderia ter sido oferecido por R\$ 5.097,98, com sistemas de molas espirais, abafamento e um case completo?

- Como uma outra participante que ofereceu produto que compartilha da mesma estrutura, em alumínio, chegou ao limite de R\$ 8.500,00 e a recorrida QUASAR INSTRUMENTOS ofereceu, em aço, com sistemas complexos e case por R\$ 5.097,98?

- Mesmo havendo dois cancelamentos de lances pelo Sr. Pregoeiro quando foi ultrapassado os R\$ 5.100,00, por que foi aceito, então, que a recorrida QUASAR INSTRUMENTOS MUSICAIS ganhasse o item por valor abaixo deste limite, sem qualquer contestação?

- Se o entendimento já válido, que entrará em vigor como definitivo em 2024, para descontos de itens até 50% do valor de referência, por que o órgão não se alinha a este entendimento e recusa aceitar um item com 67% de desconto?

Vemos que a proposta da licitante QUASAR INSTRUMENTOS MUSICAIS não consegue se distanciar de todas as questões anteriores, merecendo que sua aceitação seja revista pela Administração, a fim de preservar a isonomia do processo e a competitividade, além de uma aquisição realmente equilibrada para o órgão."

DA OFERTA DE ITEM QUE NÃO ATENDE AO EDITAL

"Conforme já introduzido no item 1.1. desta peça, a recorrida FLUSCOP COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS LTDA ofereceu instrumento da marca Temppus, modelo GL2005AL. Conforme site da fabricante (em <https://www.temppus.com.br/glock>) o modelo GL2005AL possui teclas em alumínio, e não em aço carbono, como pedido em edital. Teclas em alumínio tornam o produto menos resistente e mais barato. Aceitar tal instrumento seria aceitação de item com especificações técnicas inferiores ao exigido em edital, o que não poderia ser feito, ação que atingiria o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório. O processo de recurso permite que outros participantes sejam contestados e que haja julgamento sobre suas propostas e documentos, mesmo que o recorrido não tenha sido o que foi aceito e habilitado pelo órgão."



PROCESSO Nº

FLS. _____ RUBRICA _____

Resposta ao Recorrente:

Licitação o processo por meio do qual a Administração Pública contrata bens ou serviços, e eternizar suas necessidades de contratar através da fase externa, sendo a mesma reconhecida pela publicação do Edital de Licitação. A Administração Pública Municipal se pauta nos princípios administrativos reconhecidos pelo legislador que são: a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e com base nesses princípios foi elaborado o processo administrativo que deu origem ao pregão eletrônico nº 0003/2023.

Em resposta as alegações trazidas pela recorrente, primeiramente ressalto que o Pregão Eletrônico nº 0003/2023 foi regido pela Lei Federal 8.666/93 e Lei 10.520/2002 que se encontra em vigor até 30/12/2023 de acordo com a MP. 1167/2023, ou seja, as fundamentações trazidas pelo recorrente em referencia a Nova Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021, não merecem prosperar.

No que se refere a alegação de preço inexequível em relação ao Item 54, onde a recorrente menciona parâmetros na Lei 14.133/2021, conforme dito acima, tais fundamentações não poderão ser levadas em consideração, haja vista, que a presente licitação está sendo regida pela nº 8.666/93, não podendo haver, aplicação concomitante de ambas licitações.

Rebatendo ainda a alegação sobre a inexequibilidade, trago a seguinte fundamentação da Lei Federal nº 8.666/93 artigo 48, §1º, "a" e "b", *in verbis*:

Art. 48. Serão desclassificadas:

§ 1º Para os efeitos do disposto no inciso II deste artigo consideram-se manifestamente inexequíveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

b) valor orçado pela administração. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)



PROCESSO Nº

FLS. _____ RUBRICA _____

Sendo assim, com fundamento no artigo 48, §1º, “a” e “b” da Lei Federal nº 8.666/93, nota-se que o preço ofertado pela licitante QUASAR BRASIL INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA, não é inexequível pois a proposta apresentada pela empresa ofertou desconto de 67% (sessenta e sete por cento), ou seja, dentro do parâmetro legal de exequibilidade. Cabe destacar ainda de acordo com as contrarrrazões apresentada pela empresa, a mesma alega ser fabricante e importadora do produto, tendo pleno conhecimento do valor ofertado e garantindo que oferecerá a contratada o item de acordo com o Termo de Referência.

Quanto a citação da recorrente, sobre a exclusão de lances pelo pregoeiro, durante a fase da licitação, cabe esclarecer que, o sistema disponibiliza ao pregoeiro um botão de exclusão de lance, e essa prerrogativa pode ser adotada, caso entenda que o lance ofertado, oferece risco a licitação, no entanto caso o licitante volte a ofertar lances, o pregoeiro deverá deixar a disputa ocorrer, pois pode se tratar de um licitante com grande estoque, ou fabricante do produto, desta forma, as ações realizadas pelo pregoeiro ocorreram dentro da legalidade.

No que diz, respeito a alegação sobre de que o item ofertado pela empresa declarada vencedora não atender ao edital, trazemos a seguir a descrição do edital e da proposta da empresa vencedora, onde comprova-se que a especificação da empresa vencedora de acordo com análise do Setor Requisitante atende as especificações do Termo de Referência.

Especificação do Edital Item 54:

03 Unidades - Glockenspiel 34 teclas - Extensão f5 a d8 2 1/2 oitavas, teclas em aço de 1.1/4” x 3/8, afinação sinfônica: 442 brilhante, com case e estante carrinho desmontável em aço com rodízios.

Especificação da Empresa declarada vencedora:

EXTENSÃO - A5 a E8* / 2½ oitavas (32 notas) - G5 a C8* / 2½ oitavas (30 notas) - G5 a D8* / 2½ oitavas (32 notas) - F5 a C8* / 2½ oitavas (32 notas) - F5 a D8* / 2½ oitavas (34 notas) - F5 a E8* / 2½ oitavas (36 notas) - E5 a E8* / 3 oitavas (37 notas) TECLAS - Em aço Cromado ou Alumínio - Sistema Free Floating (sob encomenda) - Teclas sobrepostas - Acabamento: escovado - Barras (teclas): 1 1/4” x 3/8” e 1 “ x 3/8” - Afinação: A(Lá) - 442 (outras afinações sob consulta) ESTRUTURA | ACABAMENTO - Em madeira pinho - Molas espirais - Alto acabamento - Dispositivo de abafamento das teclas. ACESSÓRIOS



PROCESSO Nº

FLS. _____ RUBRICA _____

(Opcionais sob consulta) - Baqueta: cabo em madeira ou metal cromado - Capa (cobertura total) - Estante carrinho desmontável em aço com rodízios - Ferragens em latão - Case ou estojo ou bag

Assim, entendo que o presente recurso não merece prosperar, haja vistas as fundamentações acima apresentadas.

CONCLUSÃO

Em razão do acima exposto, recebo o recurso apresentado, dele tomo conhecimento, pois tempestivo e no mérito julgo como **IMPROCEDENTE**.

Firmo que a recorrente **não assiste razão** em suas alegações, por não restar dúvidas quanto a regularidade dos atos praticados durante a condução do certame Pregão Eletrônico 003/2023.

Mantenho a decisão em habilitar a licitante **QUASAR BRASIL INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA** para o item 54 por cumprimento das regras do edital.

Dê ciência da decisão à licitante requerente e demais concorrentes e interessados na licitação.

Saquarema, 29 de novembro de 2023.


GUILHERME CASTRO
Pregoeiro
Guilherme V. e Castro
Diretor Adjunto de Licitação
Mat. 8109